

*Caros*  
*Susete Silva*

*Facelup*  
*[Handwritten signatures]*

## ATA Nº 4 – 2021

Aos dezoito dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e um, pelas vinte e uma horas e dezassete minutos, na sede da União de Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô, contribuinte nº510 839 932, reuniram em Assembleia Geral Extraordinária, conforme convocatória de nove de novembro de dois mil e vinte e um, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

1. Período da Ordem do dia: -----
  - 1.1 – Discussão e votação do Regimento da Assembleia de Freguesia; -----
  - 1.2 – Informação do Presidente da União de Freguesias (para conhecimento); -----
  - 1.3 - Intervenção da Assembleia; -----
  - 1.4 – Apresentação da Situação Financeira até ao dia 31 de outubro de 2021 (para conhecimento); -----
  - 1.5 – Discussão e votação da 3.ª Alteração Orçamental Modificativa de 2021: -----
    - 1.5.1 – 3.ª alteração orçamental modificativa ao Orçamento da Receita; -----
    - 1.5.2 - 3.ª alteração orçamental modificativa ao Orçamento da Despesa; -----
    - 1.5.3 - 3.ª alteração orçamental modificativa ao Plano Plurianual de Investimentos – PPI; -----
  - 1.6 – Discussão e votação do protocolo de Cooperação entre a União de Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô e o Fórum Ambiente e Cidadania referente à Gestão das Instalações do Centro de Desenvolvimento Comunitário e Animação Cultural de São Miguel de Souto; -----
  - 1.7 - Outros assuntos de interesse para a freguesia; -----
2. Período depois da Ordem do dia: -----
  - 2.1 – Período de intervenção do Público; -----

O Sr. Presidente da Assembleia toma a palavra para saudar os presentes e para dar nota que Vânia Lopes da bancada do PSD seria substituída pelo Sr. Ricardo Melo, portador do cartão de cidadão n.º 12730933. -----

O Sr. Presidente da Assembleia prossegue, lendo a convocatória para a presente sessão. -----

Pelo que estiveram presentes os seguintes membros, a saber:-----

- Hélder Ferreira dos Santos -----
- Ricardo José Gomes dos Santos -----
- Cristina Maria Rodrigues Neto -----
- Susete Maria Gomes da Silva -----
- Abílio Manuel Oliveira Assunção-----
- Sónia Regina dos Santos Ferreira-----

Susete Silva

~~CAS~~

AF

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large signature that appears to be 'Rodolfo' and other initials.

- Anabela Carvalho dos Santos -----
- Maria Marlene Andrade Pereira -----
- Rodolfo Antero Oliveira Castro -----
- Elisabete Maria Henriques Oliveira -----
- Carlos Manuel Gomes da Costa -----
- Ricardo Manuel da Costa Melo -----
- Carlos Alberto Resende e Silva -----

Do Executivo da Junta de Freguesia, estiveram presentes, a saber: -----

- Francisco Manuel Oliveira Andrade -----
- Jéssica Oliveira Sousa -----
- António Feliciano Tavares de Pinho -----
- Hélder Augusto Ferreira Familiar -----
- Jerusa Maria Pinho Pereira -----

Ponto 1 - Período antes da Ordem do dia: -----

1.1 Discussão e votação do Regimento da Assembleia de Freguesia;

O Presidente da Mesa da Assembleia, Hélder Santos, tomou a palavra referindo que o Regimento em vigor é aquele que foi remetido por email, e coloca à apreciação da Assembleia para efetuar alguma alteração e votar essa alteração. O Sr. Carlos Silva, do CDS, intervém deixando algumas propostas para alteração do Regimento, entregando um documento ao Presidente da Mesa, para ser discutido e avaliado pelos presentes. O Presidente da Mesa passou a ler o documento (em anexo a esta ata) do qual se destacam as seguintes propostas: 1) transmissões audiovisuais online das Assembleias de Freguesia em canais digitais como Facebook e Youtube; 2) Criar condições tecnológicas a nível de som para se poder ouvir melhor os intervenientes da assembleia; 3) Alteração ao artigo 41.º, referente ao uso da palavra pelo público presente, que este seja realizado no início da Assembleia; 4) Alteração ao artigo 37.º, referente à Ordem do dia, sugerindo que a entrega de documentos para conhecimento seja entregue até 48 horas antes da Assembleia de Freguesia. Tomou a voz o Sr. Rodolfo Castro, do PSD, pedindo para esclarecer algumas dúvidas, nomeadamente acerca do título da assembleia que deveria ser extraordinária e não ordinária como estava na convocatória – o que foi imediatamente corrigido pelo Presidente da Mesa da Assembleia aquando da leitura da convocatória no início da reunião, tratando-se de um lapso -, sendo a segunda questão relacionada

CS  
 Fabiano  
 A  
 B

com o fornecimento dos documentos em análise na Assembleia, referindo que recebeu os referidos documentos na véspera não sabendo se foi um ato de má-fé. A terceira questão relaciona-se com o Artigo 6.º que diz respeito à alternância das sessões presenciais da Assembleia, em S. Miguel de Souto e em Mosteirô, se este artigo é para ser levado a sério. O Presidente da Mesa da Assembleia, Hélder Santos, passou a responder às questões colocadas esclarecendo que os documentos foram enviados atempadamente e que deve ter havido alguma confusão com os endereços de email, pois havia alguns incorretos. Entretanto o Sr. Presidente do Executivo, Francisco Andrade, pede permissão para responder, a qual foi aceite. Direccionando a palavra à Assembleia, esclarece que nenhum dos documentos que foram enviados na véspera estão sujeitos a votação na presente Assembleia, reforçando que, o que foi enviado foram os documentos em formato "word" para poderem ser editados com as sugestões de alteração que porventura a Assembleia quisesse efetuar e enviar para o Executivo essas mesmas propostas, já editadas, nos documentos fornecidos. Refere ainda que, após a convocatória, foram enviados os documentos que iriam ser discutidos e postos a votação nesta Assembleia, sendo o Regimento antigo *ipsis verbis* daquilo que foi enviado em "word", assim como o Protocolo é *ipsis verbis* do documento "word" que foi enviado por email na véspera, mudando apenas as datas que neles constam. Usar a expressão "má-fé" é ir longe demais, quando os documentos enviados são exatamente iguais, apenas em formatos diferentes. Marlene Pereira, do PSD, diz que o que o Presidente do Executivo acabara de mencionar não seja de todo verdade, porque o enviado foram documentos caducados, vincando que houve falta de brio ao Executivo, reforçando convictamente que os documentos a serem apreciados na Assembleia foram efetivamente enviados na véspera. Marlene Pereira continuou, pedindo e exigindo que os documentos sejam doravante enviados atempadamente e com mais rigor. Tomando a palavra, em resposta, o Presidente da Mesa, assume que os documentos não estavam datados, e que na realidade para se poder analisar e fazer propostas, os documentos enviados antecipadamente, podiam ser usados para esse efeito, pois tanto o Protocolo como o Regimento, o texto é integralmente o mesmo. Concluiu ainda que irá ter as questões da Assembleia em atenção, tentar fazer diferente, enviando os documentos o mais antecipadamente possível, embora neste caso a intenção foi única e exclusivamente facilitar o trabalho ao enviar os documentos "word" para poderem ser editados com as propostas dos membros da Assembleia, em casa, não foi mais do que isso, muito menos má-fé. O Presidente do Executivo tomou a palavra para se referir acerca da proposta do CDS, na pessoa de Carlos Silva, da alteração da intervenção do público para o início da Assembleia, referindo que tem vantagens, nomeadamente de poderem estar mais tempo sem se alongar até de madrugada como acontece por vezes nas Assembleias Municipais - e desvantagens, tais como não saberem dos assuntos que se irão tratar na Assembleia. Estar a antecipar pode não

Suseto Silva

CSM  
Ferreira  
A  
J  
S

ser benéfico para quem quer questionar os assuntos da Assembleia que irão ser tratados. Relativamente à transmissão das Assembleias, refere o Presidente ter algumas dúvidas dos benefícios, quer pelos direitos de imagem, quer pela adulteração de conteúdos, na questão do som também não será fácil porque nem sequer um sistema de som resolverá o problema. Carlos Silva interrompe, com respeito, mencionando que outras freguesias já fazem a transmissão, inclusivamente a própria Câmara Municipal, e que seria sempre uma mais valia para aqueles que não podem deslocar-se à Assembleia. O Presidente da Mesa da Assembleia sugere que as alterações propostas pelo CDS sejam votadas ponto-a-ponto. Relativamente ao ponto primeiro das sugestões propostas pelo CDS, o Presidente da Assembleia colocou-o à disposição da Assembleia para ser debatido. Como membro da Assembleia, o Presidente da Mesa da Assembleia, Hélder Santos, tomou a palavra defendendo a sua posição, já anteriormente explicada noutras assembleias, que não é a favor destas transmissões por algumas razões, entre as quais, por exemplo, a adulteração de conteúdos, pois usando a frase feita “uma vez na internet, para sempre na internet”, reforçando a ideia de que a política deve ser bastante presencial, ou seja, por a mão na massa para que as coisas aconteçam. Refere ainda que concorda que em termos técnicos seria uma mais valia para que todos fossem bem ouvidos, com igualdade de qualidade de som e imagem, contudo, seriam necessários recursos e meios para que isso acontecesse, nomeadamente um púlpito. Não iria ser muito prático, pois quem estivesse a intervir, teria de subir ao púlpito, e quem quisesse responder teria de subir ao púlpito, e por aí fora. Tudo isto levaria imenso tempo. O mais importante será incentivar as pessoas a vir à Assembleia e a participar nela, participar ativamente na política e não através de plataformas digitais. O Presidente do Executivo, Francisco Andrade, referiu que relativamente à alternância das Assembleias entre S. Miguel de Souto e Mosteirô só foi interrompida devido à situação pandémica que vivemos, passando a realizar-se apenas em Souto, pois tem melhores condições, nomeadamente a nível de espaço, permitindo um maior afastamento entre os presentes, salvaguardando a sua integridade. Passando uma vez mais a voz à Assembleia, que não se manifestou, o ponto primeiro das sugestões de alteração ao Regimento propostas pelo CDS, foi posto a votação. Este ponto foi reprovado com 7 votos contra (PS), 4 abstenções (PSD) e 2 votos a favor (1 PSD – Ricardo Melo - e 1 CDS); Passou-se à análise do segundo ponto das sugestões de alteração ao Regimento pelo CDS. O Presidente da Mesa da Assembleia, sugere que, na sua opinião, este ponto não deve ser incluído nas alterações ao Regimento, sendo, sim, um ponto importante na dinâmica da Assembleia e que pode e deve ser discutido futuramente na Assembleia, mas que não se coaduna como uma norma a incluir no Regimento. Refere que é uma opinião válida e interessante que poderá ser tida em conta em futuros debates de orçamento. O Presidente do Executivo, Francisco Andrade, reforça a ideia do Presidente da Mesa referindo que a hipótese já foi colocada

*CMS*  
*Sandra Silva*  
*Rafael*  
*MS*

em cima da mesa, mas acabaram por não avançar, ainda, nesse sentido. Colocado a votação, o ponto segundo das sugestões de alteração ao Regimento propostas pelo CDS, foi reprovado com 7 votos contra (PS), 5 abstenções (PSD) e 1 voto a favor (CDS); Passou-se à análise do terceiro ponto das sugestões de alteração ao Regimento pelo CDS. O Presidente da Mesa da Assembleia leu o Artigo 41.º do Regimento, referente à intervenção do público. Colocou à disposição da Assembleia o debate sobre a sugestão de alteração proposta, à qual não houve nenhuma declaração. Manifestou a sua opinião acerca do ponto em discussão, referindo que concorda com o que o Presidente do Executivo disse anteriormente. Colocado a votação, o ponto terceiro das sugestões de alteração ao Regimento propostas pelo CDS, foi reprovado com 8 votos contra (PS e 1 PSD – Ricardo Melo), 4 abstenções (PSD) e 1 voto a favor (CDS); Relativamente ao quarto ponto das sugestões de alteração ao Regimento propostas pelo CDS, o Presidente da Mesa da Assembleia, refere que o ponto 2 do 37.º Artigo do Regimento já refere a antecedência mínima de dois dias úteis sobre a emissão da documentação, sendo que este ponto já engloba aquilo que se propõe alterar, pelo que se considera pertinente não levar este quarto ponto a votação, por este mesmo facto. Fica como sugestão, pelo próprio Presidente do Executivo, a emissão da documentação, para conhecimento prévio, da situação financeira. Marlene Pereira, do PSD, colocou a questão se a norma em questão se pode sobrepor à Lei Geral da Convocação das Reuniões, que refere os cinco dias de antecedência, à qual o Presidente do Executivo respondeu que se for uma norma imperativa, não, e se for uma norma não imperativa, sim. Neste caso dos pontos que são para conhecimento, não existe obrigação de fornecer suporte físico, reforçando ainda que, os documentos a aprovar são enviados com a antecedência de cinco dias conforme a Lei Geral de Convocação de Reuniões. Posto isto, este ponto quarto das sugestões de alteração ao Regimento propostas pelo CDS, não foi sujeito a votação por decisão unânime. Desta feita, passou-se à votação do Regimento da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô, para se manter com a mesma integridade em que se encontra neste momento. Posto a votação, o Regimento da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô foi aprovado com 7 votos a favor (PS) e 6 abstenções (PSD e CDS). A bancada do PSD efetuou uma declaração de voto, justificando que o seu sentido de voto deve-se apenas ao facto de os documentos não terem sido enviados dentro do prazo estipulado. Apesar das discordâncias entre pontos de vista, este tema foi debatido anteriormente, passando a sessão ao Ponto seguinte da Ordem de Trabalhos. -----

-----  
1.2 – Informação do Presidente da União de Freguesias (para conhecimento);-----  
-----



*Carre Fachini*  
*Serato Silva*

Tomando o uso da palavra, o Presidente do Executivo, Francisco Andrade, informou que a Junta de Freguesia celebrou um contrato de arrendamento respeitante ao terreno adjacente à Fonte do Amieiro para criação de um parque de lazer, acrescentando que o proprietário concordou colaborar com a Junta de Freguesia, possibilitando este objetivo. Este contrato inicia-se no dia 1 de dezembro de 2021 e tem uma duração de 25 anos, com uma renda anual de €200,00 (duzentos euros). O Presidente continuou dizendo que o proprietário do terreno autorizou que se procedesse à sua limpeza antes do início do contrato. O senhor Presidente referiu ainda que, apesar de continuarmos em momentos atípicos, foi possível retomar algumas tradições, tais como o São Martinho das Escolas, tendo a Junta de Freguesia oferecido a todas as crianças castanhas assadas e um pequeno lanche. Informou ainda que estão a ser realizadas obras de requalificação do Parque Infantil de Souto, são obras da Câmara Municipal, ficando um sabor amargo ao perceber que enquanto noutras freguesias estão a ser colocados parques novos, aqui, ficam-se pela requalificação. Relativamente às pavimentações, o Presidente do Executivo informou que, uma vez mais, o problema da empresa responsável, que inicia o processo e não o conclui, referindo que não consegue saber onde a empresa está. Segundo se sabe, o termo do prazo de execução do contrato é dia 30 de novembro, ou seja, a empresa tem até este dia para executar o remanescente – Rua da Restauração, Rua das Pedreiras, Rua da Ponte, algumas ruas em Badoucos, Rua de Teobalde – e estamos a falar de ruas extensas. Caso não executem as obras em questão, esperamos que a Câmara Municipal aplique as multas devidas relativamente a este comportamento da empresa. Apesar disto, o Presidente informa que tem insistido veementemente com a vereação, sabe-se que eles próprios exercem pressão sobre a empresa e que tem sido feito o que está ao alcance para que tudo se concretize o mais rápido possível. -----

1.3 - Intervenção da Assembleia;-----

Marlene Pereira, do PSD, relativamente ao Parque Infantil, questionou o Executivo se foi efetuado algum pedido à Câmara Municipal para subsidiar as obras. O Presidente do Executivo respondeu que se fez um pedido para o Parque Infantil de Mosteirô, que foi um investimento muito superior, cuja resposta foi negativa, portanto, supôs-se que a resposta relativamente ao Parque Infantil de Souto fosse na mesma medida. Referindo ainda o Presidente, tal como anteriormente, a Junta de Freguesia teve azar ao antecipar-se ao avançar para a construção de um novo Parque Infantil em Mosteirô, ficando excluída, assim, da recente participação na construção de parques infantis pela Câmara Municipal em outras freguesias. Em contrarresposta, Marlene Pereira, refere que não se trata de jogos de sorte, mas que os pedidos devem ser feitos na mesma medida em que as

*CSME*  
*Susete Silva*  
*António Pinho*  
*Abílio Assunção*  
*Marlene Pereira*  
*CSME*

respostas devem ser aguardadas, questionando novamente se foi efetuado pedido à Câmara Municipal para subsidiar as obras do Parque Infantil de Souto. António Pinho, Secretário do Executivo, interveio, defendendo que o Parque Infantil de Souto foi construído no seu tempo de Presidente do Executivo e que nessa altura foi efetuado pedido à Câmara Municipal a qual respondeu que não estava a aplicar parques infantis, sendo que este parque infantil foi construído com a ajuda de uma benemérita e, portanto, sem ajuda da Câmara Municipal. Tomou a palavra Abílio Assunção, do PS, questionando sobre uma estimativa da data de abertura da caixa multibanco que se encontra em construção na Junta de Freguesia e se as obras são custeadas pela entidade bancária ou pela Junta de Freguesia, questionando ainda se existe algum contacto com alguma instituição bancária para abertura de uma caixa multibanco em Mosteirô. Susete Silva, do PS, questionou se existe algum desenvolvimento acerca do átrio da Capela da Nossa Senhora da Guia, em Tarei, no que se refere à falta de iluminação. O Presidente do Executivo retoma a palavra para responder às questões colocadas pela Assembleia. Relativamente à questão do multibanco, a Junta de Freguesia avançou com a construção de uma rampa de acesso para pessoas com mobilidade reduzida; todas as obras de adaptação do espaço, exterior e interior, construção de uma caixa forte, todos estes custos serão suportados pela Junta de Freguesia. Relativamente ao custo da instalação da caixa multibanco, a instituição bancária Caixa de Crédito Agrícola, não cobrará nada; em termos de comparação, a outra entidade bancária cobraria trezentos euros acrescidos de IVA por mês. A Junta de Freguesia está a fazer todos os possíveis para que a abertura da caixa multibanco seja concretizada até meados de dezembro, apesar de não depender única e exclusivamente da Junta, uma vez que neste momento não há caixas multibanco para entregas; no que concerne a Mosteirô, a Junta está a trabalhar em simultâneo no sentido da colocação de uma caixa multibanco, inicialmente, no campo de futebol do Mosteirô FC, contudo, e apesar de já existir uma caixa de segurança em betão, não foi aceite o pedido da colocação da máquina por motivos de segurança, uma vez que sendo um espaço aberto qualquer pessoa poderia lá entrar e atacar a equipa da Securitas durante a colocação do dinheiro na máquina. A Junta de Freguesia continua à procura de soluções e existe um tipo de máquina concorrente à SIBS, mais frequentemente usada na zona de Lisboa, que tem os requisitos diferentes, são máquinas diferentes – a Junta de Freguesia, através do Executivo já está a trabalhar no sentido de colocar uma máquina ATM em Mosteirô. Para além do Campo de Futebol – preferencialmente, pelo movimento da zona -, existem outros locais em estudo para a aplicação da máquina, mas depende dos proprietários, da aplicação financeira, das questões de segurança. Vincando, o Presidente, que, o esforço que foi feito para Souto, está a ser igualmente feito para Mosteirô. Marlene Pereira, do PSD, questionou se a máquina que vem é apenas para levantamentos ou possibilita também o depósito, ao qual foi respondido que será apenas para

*Com a assinatura de Souto Silva*  
*Souto Silva*

levantamentos, pois é uma máquina de rua, e todas as máquinas de rua não permitem depósitos, sendo que a componente técnica ultrapassa completamente a competência da Junta de Freguesia. Rodolfo Castro, do PSD, questionou o Executivo, se o esforço para se colocar a caixa multibanco em Mosteirô resulta apenas do fecho do BPI ou se já existia esse esforço quando o banco estava aberto. O Presidente respondeu que o esforço em Mosteirô, na altura, foi de privados, segundo o que se sabe, foi o próprio Mosteirô FC que andou a trabalhar no sentido de se colocar uma caixa multibanco em Mosteirô, mais concretamente a antigos membros da direção com ligações a instituições bancárias – e bem, reforça o Presidente -, contudo a situação ficou em suspenso. A partir do momento em que o banco encerrou, e a outra caixa multibanco que existe tem um acesso limitado, a Junta viu-se na obrigação de criar condições para existir uma caixa multibanco aberta 24 horas por dia, em Souto, e fazer o mesmo esforço para Mosteirô, não tendo existido qualquer manifestação da necessidade, previamente ao fecho do banco, da colocação de uma caixa multibanco em Mosteirô, em Assembleia de Freguesia. Relativamente à questão da iluminação do adro da Capela da Nossa Senhora da Guia em Tarei, o Presidente do Executivo, Francisco Andrade, informa que não se trata de uma situação de agora, é uma situação que está a ser relatada pela Junta desde 2019, sendo que há postes danificados, outros sem iluminação, resultando assim num ambiente demasiado escuro para o local em questão. Refere ainda que a Junta de Freguesia foi contactada por diversas vezes pela Irmandade, o qual foi reportado o problema quer à EDP quer à Câmara Municipal recorrentemente, com conhecimento do Sr. Padre José Carlos, nunca tendo o assunto sido resolvido, inclusivamente no portal da E-REDES foram feitas reclamações de avarias graves e situação de risco. Neste momento e aquilo que se sabe, é que o engenheiro da Câmara responsável pelos projetos elétricos está a tentar apurar qual a origem da avaria e de quem é a responsabilidade, no sentido de se encontrar uma solução. No entanto, na reunião que houve há relativamente pouco tempo com o Sr. Vereador, existe a possibilidade de elaborar um projeto de iluminação, quer na Capela quer no Largo Comendador Inácio Monteiro, em Souto. Tomando a palavra, o Sr. Abílio Assunção, do PS, informa que, relativamente à caixa multibanco em Mosteirô, quando foram feitas as obras, um dirigente do Mosteirô FC é funcionário de uma instituição bancária em São João da Madeira, e era esta instituição bancária que estava a tratar deste assunto, entretanto esta instituição bancária foi adquirida por outra e a situação foi revertida, desistindo do processo, ficando assim a instalação do multibanco em Mosteirô suspensa. Marlene Pereira, do PSD, informou que, relativamente à Capela da Nossa Senhora da Guia, os técnicos da E-REDES fizeram uma visita ao local, no entanto não conseguiram abrir as luminárias e apurar com eficácia o que lá se passa, entretanto fizeram a comunicação à Câmara Municipal e esta já diligenciou uma equipa para se deslocar ao Largo da Capela para tentar abrir as luminárias.-----



CSNE  
Seresete Silva

1.4 - Apresentação da Situação Financeira até ao dia 31 de outubro de 2021 (para conhecimento);-----

O Presidente do Executivo apresentou a situação financeira da Junta de Freguesia desta União de Freguesias, reportada a 31 de outubro de 2021, último mês contabilisticamente encerrado. Em termos de grau de execução orçamental atingiu-se, até ao momento, uma taxa de 98,42% na receita e de 77,91% na despesa. As receitas cobradas totalizam, até ao momento, o montante global de 365.388,29 euros. As receitas orçamentais correntes apresentam o valor de 218.503,83 euros, enquanto as transferências de capital, totalizam 107.669,65 euros. No que diz respeito às despesas orçamentais, até ao momento, estas totalizaram o montante de 289.241,10 euros. As despesas orçamentais subdividem-se entre despesas correntes no montante de 186.070,41 euros e despesas de capital no montante de 103.170,69 euros. Relativamente às disponibilidades, a 31 de outubro de 2021, a Junta de Freguesia tinha, contabilisticamente, na sua posse, 76.147,19 euros, repartidos em: em caixa: 1.611,68 euros em numerário; No Banco Caixa Geral de Depósitos na conta nº1: 61.647,87 euros; No Banco Caixa Geral de Depósitos na Conta nº2: 5.197,78 euros; No Banco BPI: 7.689,86 euros; Deste montante, 641,81 euros, referem-se a retenções de IRS e de descontos para a Segurança Social que são apenas devidos a pagamento durante o presente mês de novembro. Consequentemente, transitou, assim, para a gerência seguinte um saldo disponível de 76.147,19 euros, incluindo, operações de tesouraria. -----

Marlene Pereira, do PSD, colocou a questão se está fixado o valor máximo em caixa na Norma de Controlo Interno, porque parece um valor elevado para se ter caixa. A Tesoureira do Executivo, Jéssica Sousa, explicou que maioritariamente estes valores se devem a pessoas que pagam elevadas quantias em numerário, mais concretamente no que respeita a sepulturas, pelo que houve uma alteração do valor máximo pelo mandato anterior, fixado em 2.500,00 euros. Marlene Pereira questionou com que frequência são feitos os depósitos, o qual foi respondido pelo Executivo que depende da disponibilidade e dos valores em caixa, sendo que quando há um avultado valor, geralmente deixa-se algum fundo de maneo e o restante é depositado o mais depressa possível.-----

1.5 Discussão e votação da 3.ª Alteração Orçamental Modificativa 20221:-----

1.5.1 3.ª Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento da Receita;-----

1.5.2 3.ª Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento da Despesa;-----

1.5.3 3.ª Alteração Orçamental Modificativa ao Plano Plurianual de Investimento – PPI-----

Por sugestão do Presidente da Mesa da Assembleia, o ponto será discutido como um ponto único e votado ponto-a-ponto. -----

O Presidente do Executivo explica que esta Assembleia se deve essencialmente a esta revisão orçamental, porque há um aumento da receita e obrigatoriamente deverá reforçar-se algumas rubricas que este ano já foram ultrapassadas, nomeadamente despesas de combustíveis, materiais de desgaste de utilização diária, reparações das máquinas, entre outras. -----

Relativamente à Conservação de Bens Imóveis, Marlene Pereira, do PSD, pergunta do que se trata

Secretaria

~~CMS~~ ~~Ferreira~~ ~~AS~~  
~~AS~~  
~~AS~~

dado o valor de reforço ser de doze mil euros; relativamente ao apoio social, quais são as entidades que vão ter acesso a este apoio; no que respeita a arruamentos e obras complementares, quais serão as ruas; relativamente ao material de escritório como se explica um reforço de mil euros; Relativamente ao PPI, o documento refere alargamento da via pública, pelo que seria importante saber qual a rua; A tesoureira do Executivo, Jéssica Sousa, toma a palavra para responder às questões da bancada do PSD, fazendo um ponto prévio: de facto foi ultrapassado algumas rubricas que estavam previstas nas receitas e teve que se distribuir o total de montante pelas despesas para que houvesse um equilíbrio e, portanto, não significa que se irá gastar os valores na totalidade, optando sim, por reforçar as rubricas que são mais utilizadas. A Tesoureira continua, explicando que, no caso do material de escritório, o valor refere-se a umas estantes que irão ser adquiridas – aqui consagradas em termos de rubrica, justificada pela contestação da bancada do PSD ao referir-se que as estantes são bens adquiridos e inventariados e não material de escritório. No que concerne ao apoio social a única entidade que vai ser apoiada é a AANIFEIRA, devido à campanha de esterilização levada a cabo, pois um dos grandes problemas que existe são as matilhas de cães errantes e esta campanha serviu, também para combater este problema. Marlene Pereira, do PSD, contrapõe visando que a Junta de Freguesia apoia, por um lado, estas situações, mas por outro aumenta os preços das licenças, reportando algumas queixas de que teve conhecimento. O Presidente do Executivo responde que o apoio que se dá à AANIFEIRA é para esterilização de animais errantes, abandonados, sem dono, para incentivar a adoção e, quando se refere às queixas, estas provêm essencialmente de caçadores, porque possuem muitos animais. O valor que consta no documento não será de todo o que é destinado à AANIFEIRA, que receberá quinhentos euros. A Tesoureira reitera que não é pelo reforço ser de um determinado valor que esse valor será totalmente utilizado. No que toca à Conservação de Bens Imóveis, António Pinho, Secretário do Executivo, refere que há situações que estão previstas em que é necessário adquirir material – tubos, caixas e tampas, etc – para realização de obras de conservação e acostamentos. Jéssica Sousa, Tesoureira do Executivo, refere que relativamente ao PPI, a Junta de Freguesia desenvolveu um projeto que consiste em atribuir as guias de passeio às pessoas que querem construir o passeio e que se dirijam à Junta de Freguesia a pedir. Marlene Pereira, questiona qual o critério que se usa para atribuição das guias de passeio, o qual é respondido, pelo Presidente do Executivo, que existem protocolos tripartidos onde o proprietário cede terreno à via pública, a Junta de Freguesia assegura a mão-de-obra e a Câmara Municipal paga os materiais, melhor dizendo, a Câmara deveria dar os materiais, mas paga o valor correspondente feito por medição pelos técnicos camarários e, neste momento, com os protocolos que estão em vigor, a Junta de Freguesia está a ter prejuízo, devido à subida dos preços dos materiais, inclusivamente até se gasta mais material do que aquele que está previsto; os critérios que temos são, sempre que é cedido terreno à via pública deve ser feito com protocolo – o primeiro critério – outros critérios tem que ver com o carácter de urgência dos locais – sendo a Junta de Freguesia a ir ao encontro dos proprietários, como por exemplo a Rua do Centro Social, que aguarda assinatura de protocolo por parte da Câmara Municipal há cerca de um ano e meio – e ainda existem outras situações do género, com a elaboração de protocolos bipartidos. Rodolfo Castro, do PSD, colocou a questão acerca da Conservação de Bens Imóveis, se alguma dessa verba se destina à Junta de Freguesia de Mosteirô, ao qual foi respondido pelo Executivo que não, mas que está previsto no próximo orçamento se possível. Rodolfo Castro refere ainda que este edifício tem infiltrações no telhado ao que o Sr. Presidente do executivo responde que não há infiltrações pelo telhado, houve sim um rebentamento de canalização que está já resolvido. Carlos Silva, do CDS, intervém dizendo que tinha várias questões a colocar, mas que estas foram ao encontro do que já foi questionado.

*CSM Fátima Silva*  
*Servete Silva*  
*GO*  
*JS*

Colocados a votação cada um dos pontos, determinou-se que o ponto 1.5.1, 3.ª Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento da Receita foi aprovado com 7 votos a favor (PS) e com 6 abstenções (PSD e CDS); o ponto 1.5.2, 3.ª Alteração Orçamental Modificativa ao Orçamento da Despesa foi aprovado com 7 votos a favor (PS) e com 6 abstenções (PSD e CDS) e o ponto 1.5.3, 3.ª Alteração Orçamental Modificativa ao Plano Plurianual de Investimento – PPI foi aprovado com 7 votos a favor (PS) e com 6 abstenções (PSD e CDS).-----

1.6 Discussão e votação do protocolo de Cooperação entre a União de Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô e o Fórum Ambiente e Cidadania referente à Gestão das Instalações do Centro de Desenvolvimento Comunitário e Animação Cultural de São Miguel de Souto; -----

Dada a palavra à Assembleia para debater este ponto, usou a palavra Marlene Pereira, que questionou onde se situa este Centro, o qual foi respondido que se refere ao espaço conhecido como Pólo da Biblioteca. Marlene Pereira continuou a intervenção perguntando se é possível entregar a gestão do Pólo da Biblioteca a outra entidade. O Presidente do Executivo responde que o Fórum Ambiente e Cidadania tem uma vertente cultural que se coaduna com as funções do Pólo da Biblioteca e na altura foi esse o critério de seleção. Tomou a palavra Ricardo Santos, do PS, para enquadrar a situação. Refere que na época, sendo membro do Executivo, a Câmara Municipal retirou o seu funcionário da biblioteca, ficando esta órfã de funcionário, e graças à boa vontade própria, o Pólo da Biblioteca funcionou sem funcionário durante dois anos, sendo que nesta ocasião houve a necessidade de protocolar o espaço para que este não encerrasse. Houve diversas tentativas com as entidades, como a Biblioteca Municipal, conversar com a Diretora para resolver a situação, nunca havendo abertura daquela entidade nesse sentido; inclusivamente tentou-se junto da Divisão Social da Câmara Municipal, onde aí foi sugerido o tal protocolo. Ato contínuo, o Executivo à data foi à procura de Associações que pudessem estar interessadas neste protocolo, sendo que o primeiro nome que surgiu foi o Centro Social de Souto, que declinou a proposta, e logo de seguida surgiu o Fórum Ambiente e Cidadania, com muita naturalidade, que aceitou sem hesitação. A partir daí, é o que tem vindo a ser conhecido, até hoje, inclusivamente este protocolo. Ricardo Santos continuou a intervenção referindo que a Câmara Municipal tem conhecimento do protocolo, inclusivamente, realizam-se atividades da Câmara e da Biblioteca Municipal no Pólo da Biblioteca, como por exemplo o Programa e-mili@. O Presidente do Executivo toma voz, completando que o custo do funcionário do Pólo da Biblioteca, bem como as despesas inerentes a todo o seu funcionamento (água, eletricidade, internet, telefone, etc), é suportado na totalidade pela Junta de Freguesia, onde, de acordo com o protocolo, o funcionário é do Fórum Ambiente e Cidadania. Marlene Pereira, questionou de que valores estamos a falar, porque o protocolo é omissivo quanto a isso. Ao que o Presidente do Executivo responde que se deve às alterações salariais, que são variáveis. Marlene Pereira contrapõe dizendo que ficou com a ideia de que estava na presença de um cheque em branco, portanto, não existe um teto de valores. O Presidente do Executivo, Francisco Andrade responde que não existe um valor no protocolo, porque este consta sempre no Orçamento, numa rubrica específica. Contudo, Marlene Pereira, refere que essa informação deveria constar no documento, ficando a sugestão. O Presidente do Executivo refere que esse limite é sempre fixado pela Assembleia aquando da aprovação do Orçamento e nas suas retificações, ficando a sugestão registada. Rodolfo Castro, do PSD, questionou se o espaço é cedido ao Fórum Ambiente e Cidadania mas quem o gere é a Junta de Freguesia, ao qual o Executivo respondeu afirmativamente. António Pinho, do Executivo, refere que o edifício é da Junta de Freguesia, foi requalificado durante

Susete Silva

cons. de freguesia  
A  
A  
A

o seu mandato, em que a Câmara não contribuiu para estas obras, fornecendo apenas o recheio, ou seja, estantes, cadeiras, mesas, computadores, nascendo o Pólo da Biblioteca como um apoio à Biblioteca Municipal, ou seja, resumindo, o edifício é da Junta de Freguesia, a gestão do espaço como biblioteca é da Câmara Municipal através da Biblioteca Municipal, as despesas de funcionamento são suportadas pela Junta de Freguesia estando o funcionário incluído nestas despesas, como funcionário do Fórum Ambiente e Cidadania, tal como está no protocolo. Isto, porque, se a Junta de Freguesia não assumisse o funcionário, a Câmara Municipal encerrava o Pólo da Biblioteca, o que seria injusto depois de tantos esforços e investimentos feitos no sentido de trazer um Pólo da Biblioteca Municipal para São Miguel de Souto. Acresce que neste momento o Pólo da Biblioteca está muito bem entregue. Marlene Pereira refere que se recorda que a Juliana Ferreira esteve ao serviço do Pólo da Biblioteca. Ricardo Santos, do PS, esclarece que esta questão vai ao encontro daquilo que foi dito antes, quando o Pólo da Biblioteca ficou sem funcionário e esteve em funcionamento graças à boa-vontade e ao voluntariado durante dois anos e que algures nesse período a Junta de Freguesia fez um protocolo com o IEPF, onde a Juliana se encontrava inscrita e disponível para assumir o cargo durante a vigência desse protocolo e durante o período em que estivesse inscrita no IEPF e elegível para o cargo nesses termos, o que durou quatro meses. Marlene Pereira continua a sua intervenção questionando se esta situação não poderá trazer algum dissabor no futuro, se houve algum acautelamento. O Executivo respondeu que o dissabor que pode acontecer é o encerramento do Pólo da Biblioteca. O Executivo, na pessoa do seu Presidente, aproveitou a ocasião para agradecer ao Fórum Ambiente e Cidadania pela parceria, podendo este usar o espaço, tal como outra qualquer Associação, dentro do propósito e contexto de Pólo da Biblioteca, o que tem sido feito, por exemplo, com os Contos Contados organizados pelo Fórum Ambiente e Cidadania, com sessões no espaço da Biblioteca. Marlene Pereira questiona, ressaltando que a sua intervenção é meramente para acautelar alguma situação no futuro – não querendo desvalorizar o trabalho desenvolvido no Pólo da Biblioteca -, qual é a vantagem do Fórum Ambiente e Cidadania no meio disto, ao qual é respondido pelo Executivo, que não tem vantagens nem desvantagens, porque os gastos que tem são suportados pela Junta de Freguesia. O Presidente do Executivo acrescenta que isto acontece porque a Junta de Freguesia não podia, nem pode contratar funcionários. Abílio Assunção, do PS, frisou, uma vez mais que, se a Junta de Freguesia não fizesse o protocolo, o Pólo da Biblioteca teria fechado. Ricardo Melo, do PSD, referiu que porventura o protocolo deveria ser retificado em alguns aspetos para evitar este tipo de questões. O Presidente da Mesa da Assembleia, Hélder Santos, reforçou que se houver propostas de alteração ao protocolo, que estas sejam apresentadas, que serão bem-vindas, desde que sejam para melhorar. Antes de ser colocado a votação, Ricardo Santos, do PS, pediu dispensa da votação neste ponto, por motivos éticos, à Mesa da Assembleia, pedido este que foi aceite. Colocado a votação – com a ressalva de se fazer as alterações propostas (referir teto máximo e referência ao valor anual a pagar que é aprovado anualmente em orçamento da Junta de Freguesia) -, o Protocolo de Cooperação entre a União de Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô e o Fórum Ambiente e Cidadania referente à Gestão das Instalações do Centro de Desenvolvimento Comunitário e Animação Cultural de São Miguel de Souto foi aprovado por unanimidade. -----

1.7- Outros assuntos de interesse para a freguesia; -----  
-----

O Presidente do Executivo, Francisco Andrade, deu umas notas finais, informando que já se iniciaram as candidaturas ao subsídio de nascimento; que se está a tentar organizar a Feirinha de







*CSMS* *Falco* *[Signature]*

Tomou a palavra o Sr. Presidente do Executivo para responder às questões do público, começando por dizer que o uso da máscara é o maior problema na questão da perceção do que é dito pelos membros da assembleia, porque abafa o som, limitando o alcance, referindo que o auditório da Junta de Freguesia tem uma boa acústica. Informou ainda que a Junta de Freguesia pensa adquirir um sistema de som para os eventos, mas que para a assembleia não está em equação; Relativamente à intervenção do Sr. Fábio Resende, referiu o Presidente que este acabou por esclarecer a questão do Fórum utilizar o espaço do Pólo da Biblioteca e que o responsável também realiza tarefas do Fórum; Respondendo ao Sr. Carlos Silva, refere que a questão da toponímia é da competência da Câmara Municipal, assumindo que existe um problema grave de trânsito na zona do campo de futebol e que muito deste problema é extrapolado pela falta de civismo ao estacionar, acrescentando que existe uma possibilidade em equação de colocar a Rua de Proselha em sentido único. Quando à questão colocada acerca das assembleias, o Presidente responde que se a última foi em dezembro de 2019, a seguinte foi em março de 2020, quando começou a pandemia, e desde então não se realizaram mais assembleias em Mosteirô, pelos motivos que já foram explicados nesta assembleia; quanto à questão do multibanco, ressalva que todos sabem que o banco não se situava no centro de Souto, a dependência era situada sensivelmente a meio do centro das duas freguesias, acabando por servir as duas freguesias, repetindo que a colocação de caixas multibanco depende em maior parte das instituições financeiras, mencionado que não tem dúvidas que não iria conseguir abrir uma caixa multibanco em Souto caso o BPI não fechasse, e muito menos uma em Mosteirô, justificando que a aplicação das caixas depende muito da afluência de público, devido às taxas que são pagas, voltando a sublinhar que a falta de caixa multibanco em Mosteirô deve-se à recusa de terceiros por falta de segurança e não porque a Junta não o quis. -----

-----  
Findo o debate, foi elaborada uma minuta da ata. O Sr. Presidente da Assembleia leu a minuta da ata que foi aprovada por unanimidade. -----

Não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente da Assembleia agradeceu a presença de todos, pelas vinte e três horas e vinte e sete minutos, propôs o encerramento da mesma, que foi aceite, sendo lavrada a presente ata que vai contar com as assinaturas dos presentes. -----

-----  
União de Freguesias de São Miguel de Souto e Mosteirô, dezoito de novembro de dois mil e vinte e um. -----

*Carlos Alberto Resende e Silva*  
*Socio Freguesia de Souto e Mosteirô*  
*Paulo Manuel João de Fátima*  
*Elisabete Maria Henriques Oliveira*  
*Fábio Falco*  
*Presidente*

*Rodolfo Antunes Almeida Castro*  
*Dirigente de Souto e Mosteirô*